



## **Análise de Conjuntura – Maio de 2013**

### **Apresentação**

A análise internacional se inicia com a preocupação do G-20 com a atuação dos paraísos fiscais que carregam cerca de 800 bilhões de dólares por ano, tirando a possibilidade de investimentos no desenvolvimento de economias que poderiam erradicar a fome no mundo. Em seguida, aprofunda o que revela o conflito internacional com a Coreia do Norte. Trata, então, das manifestações ocorridas em vários países por ocasião da comemoração do 1º de maio. Menciona, por fim, os preparativos e as expectativas da vinda do Papa Francisco ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude.

Os resultados das eleições presidenciais na Venezuela e no Paraguai são analisados em nível latino-americano e caribenho. Segue-se com a menção aos problemas econômicos e políticos na Argentina e ao relato do processo de pacificação das maras (gangues juvenis) implementado em El Salvador, pelo governo em parceria com as organizações da sociedade civil, principalmente as Igrejas.

Em nível nacional, aborda-se o conflito entre legislativo e judiciário federais e suas consequências para a democracia. Segue-se com a análise sobre os efeitos para a economia da antecipação da disputa presidencial de 2014, bem como a ausência de debates sobre projetos de país. Em seguida, apresentam-se as três iniciativas no âmbito da sociedade civil sobre a Reforma Política, diante de sua não aprovação pelo Congresso Nacional. Encerra-se com um exame dos significados que a aprovação da PEC dos Trabalhadores Domésticos revela da sociedade brasileira e os debates sobre redução da maioria penal, bem como sobre o assassinato de pessoas em situação de rua que estão ocorrendo em Goiânia-GO.

A árdua agenda indígena ocupa toda apreciação no âmbito dos movimentos sociais. Neste ano, os povos indígenas resolveram realizar uma contraofensiva coletiva em defesa de seus direitos, que vêm sendo alvos de ataques sistemáticos por parte dos ruralistas e de seus porta-vozes na sociedade, na mídia e nos três poderes da República.

As notícias do Congresso versam sobre a PEC 37 que retira do Ministério Público o poder de investigação; a tramitação do PL sobre a Lei Geral das Religiões; Marco civil da Internet; e sobre o Decreto Legislativo 86/2013 que se contrapõe ao decreto Presidencial que regulamenta a atuação das forças armadas na proteção ambiental.

### **Internacional**

#### **O G-20 e os Paraísos Fiscais**

Nos dias 18 e 19 de abril reuniu-se em Washington o G-20-finanças. Na pauta, o tema dos paraísos fiscais, em preparação do encontro de setembro sob a presidência da Rússia. O encontro dos chefes de Estados e de governos será em setembro em São Petersburgo. Numerosos setores da sociedade civil consideram que esse encontro do G-20 é o da “última chance” para conter o crescimento dos paraísos fiscais.

O G-20 foi criado em 1999 para responder às numerosas crises dos anos 90. Reagrupam-se os 20 países com maior economia. Representa 85% do comércio mundial e mais de 90% do PIB mundial. Articula-se ao redor de três polos: o G-20 dos chefes de Estados e de governos, o G-20-finanças e, desde 2010, o G-20 social. Aponta para favorecer um diálogo ampliado considerando o peso econômico crescente dos países emergentes.

Na agenda de preparação do encontro de setembro, Moscou focaliza dois pontos: a luta contra a fraude fiscal, e uma maior transparência no intercâmbio de informações. O G-20 deseja reconhecer o intercâmbio automático de informações bancárias, com um padrão internacional, reconhecido por todos. Isso representa um passo à frente. Mas ainda há muita distância entre “as intenções” e a prática. Em 2009, no fogo da crise financeira, os países do G-20 tinham proclamado o desmantelamento dos paraísos fiscais; mas não se deram os meios para avançar.

As empresas e os bancos mundiais (até os próprios Estados ricos), principais especuladores planetários não manifestam a menor disposição em renunciar aos privilégios desmedidos. São bilhões de dólares/euros/yens nos cofres dos paraísos. Teoricamente, o G-20 deveria garantir uma regulação das transferências monetárias.

O volume de dinheiro depositado nos cofres dos paraísos fiscais ultrapassa qualquer entendimento do cidadão comum. Não há definição legal do que seja um paraíso fiscal. Considerando alguns critérios comuns, estima-se um número de 53, conhecidos, localizados, que manipulam cada dia montanhas maiores de dinheiro. Ao longo dos anos, pelo menos 25 trilhões de dólares teriam sido acumulados. Se não fosse a resistência dos principais atores financeiros, em todas as partes do mundo, o G-20 poderia publicar a lista dos 53 paraísos.

Os paraísos fiscais são caros para os países ricos. Cada ano são mais ou menos 800 bilhões de dólares que escapam dos cofres dos países, que poderiam ser investidos em obras e nas economias nacionais.

É ainda mais dramático: dos U\$ 800 bilhões, U\$ 125 bilhões provêm dos países em desenvolvimento, enquanto com U\$ 30 bilhões por ano se poderia acabar com a fome no mundo. Esses U\$ 125 bilhões não serão investidos na luta contra a fome, na educação, na saúde e na infraestrutura. Para os países do sul, os paraísos fiscais são cemitérios. A prática de evasão fiscal se tornou comum, e é pouco contestada. Diante de tamanha quantidade de dinheiro que lhes escapam, alguns governos pedem uma profunda reforma do sistema financeiro internacional. ONGs transnacionais denunciam a pilhagem dos bens comuns do sul pelo norte. Lutam contra a falta de transparência financeira, na qual há de considerar todo o problema das dívidas públicas.

### **Que conflito entre as Coreias?**

O dia 12 de fevereiro de 2013, a Coreia do Norte (CN) fez explodir uma bomba atômica subterrânea, igual à metade da potência de Hiroshima. Já em 2006 e 2009 o regime de Pyongyang tinha feito testes. Agora a explosão foi “bem melhor” que as duas anteriores.

Essa terceira bomba foi percebida pelas potências mundiais como uma provocação. EUA, Japão e Coreia do Sul (CS), os três aliados frente a um possível conflito – mesmo que pouco provável – multiplicaram as ameaças – entre outras a de cortar toda forma de ajuda – mas ficaram “desarmados”. Foi uma onda de protestos, inclusive da China e Rússia. O secretário-geral da ONU considerou o exercício “extremamente desestabilizador” e a OTAN o qualificou de ato “irresponsável”.

Especialistas consideram que o regime de Pyongyang tem a capacidade de fabricar bombas atômicas e, simultaneamente, desenvolve um programa de mísseis balísticos capaz de transportar essas bombas. Até agora são mísseis de curto alcance, mas se o programa segue o ritmo atual, a CN será capaz de atacar os EUA com um míssil intercontinental, dentro de 10 anos. Muita coisa pode acontecer neste lapso de tempo, em particular com as profundas evoluções econômicas e políticas no vizinho do norte, a China.

Por que a Coreia do Norte ameaça a do Sul e seus aliados com arma nuclear? O país foi dividido em 1953, depois de uma guerra violenta (2,5 milhões de mortos e feridos). Os dois países seguiram caminhos distintos. A CS recebeu muito dinheiro e outros recursos que lhe permitiram um desenvolvimento acelerado e uma presença ativa no mercado mundial.

A Coreia do Norte (CN) se “especializou” na produção de armas. Mas não se sobrevive só de armas. Hoje, a CN (República Democrática Popular de Coreia) é um país repressivo, ditatorial,

assassino. Está se afundando na miséria quando a região asiática toda cresce velozmente. Literalmente, muita gente morre de fome na CN.

Analistas vêm nesta atitude um duplo sinal, um para dentro e outro para fora. O peso político dos velhos militares sobreviventes continua forte, maior no Norte que no Sul. Trata-se para eles de consolidar o regime político interno. (O uso de Internet e de telefones celulares é estritamente controlado). O norte se sente ameaçado pela abertura política, econômico e sociocultural do Sul. (Seul acaba de eleger uma mulher presidente; escolha inimaginável no Norte). O país vai se fechando e os direitos dos cidadãos são banidos.

Para fora (em particular para a CS e seus aliados: Japão e EUA), a explosão nuclear era um aviso para lembrar, se fosse necessário, quais são as “verdadeiras fronteiras da Coreia”. A explosão era também uma lembrança do que poderia acontecer se os três países aliados (Seul, Tóquio e Washington) quisessem marginalizar a CN, recusando toda ajuda alimentar e de outros recursos básicos. Seul nunca procurou romper os laços com Pyongyang, pelo contrário. O país não poderia sobreviver sem essa ajuda externa.

Entretanto, há uma incógnita determinante para o futuro da CN e da região. O jovem presidente Kim Jong-un (nascido em 1983) que se formou na Suíça, ainda é uma enigma. Foi designado líder do povo pelo próprio pai em 2011. É jovem, sem experiência, rodeado por generais rancorosos, atrasados e perigosos. De outro lado, fala-se que está aberto à evolução econômica e até política da China. Ainda não teve iniciativas significativas, de tal maneira que não se pode apreciar até que ponto a explosão nuclear foi provocação mesmo, ou se é uma concessão aos militares para promover mudanças nos campos econômico e político. Na dúvida sobre as reais intenções do novo líder norte-coreano, Seul, Tóquio e Washington intensificaram a sua presença militar na região.

### **Manifestações do Dia dos Trabalhadores pelo Mundo**

O Dia dos Trabalhadores foi marcado por manifestações, nos diferentes continentes, contrárias aos mecanismos utilizados pelos governos para sanar a crise econômica.

Na Europa, críticas às políticas de austeridade dos governos foram o tema principal dos protestos que aconteceram na Espanha, Grécia, França, Itália, Alemanha e Turquia. Na Espanha, a população foi às ruas em mais de 80 cidades criticando as medidas de austeridade do governo, a recessão e a alta taxa de desemprego. O percentual de desempregados atingiu taxa de 27%, totalizando mais de seis milhões de pessoas. Os dois maiores sindicatos do país – Comissões Operárias da Espanha (CCOO) e União Geral de Trabalhadores (UGT), lideraram as manifestações criticando a “irresponsabilidade” do o governo que permitiu que o desemprego alcançasse tal patamar.

Na Turquia, o Governo tentou evitar os protestos paralisando os meios de transporte. Contudo a população foi às ruas e a manifestação resultou em repressão violenta das forças policiais. Na França também aconteceram protestos em diferentes cidades. Os franceses criticaram a política de rigor fiscal que penaliza os trabalhadores e gerou um percentual de 3,2 milhões de desempregados. Os grupos da extrema direita, liderada por Marie Le Pen, também se manifestaram pelo viés xenófobo com gritos de “*França para os franceses*”. Na Grécia, os principais sindicatos do país lideraram a segunda greve geral em protesto contra a taxa de desemprego, a mais alta entre os países europeus, e contra as medidas de austeridade que o governo vem decretando, como contrapartida dos empréstimos tomados. O governo grego adiou o feriado na tentativa de evitar novos protestos. Na Ásia os protestos seguiram orientação parecida com a Europa em Taiwan, Filipinas e Coreia do Sul.

Vê-se que os trabalhadores, especialmente os europeus, estão assumindo posicionamento contundente contra o rigor fiscal e a austeridade adotada como receita para superar a crise, medidas defendidas pela primeira ministra Alemã Ângela Merkel, que também foi alvo de protestos dos trabalhadores alemães. Na Alemanha, onde a precariedade cresce entre os trabalhadores, se discute a criação de um salário mínimo.

No Chile, a marcha dos trabalhadores e estudantes terminou, mais uma vez, com forte repressão policial. A presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Bárbara Figueroa, convocou uma

greve nacional para o próximo dia 11 de julho em protesto contra a situação dos trabalhadores, especialmente o regime previdenciário que é privatizado. A necessidade de um aumento maior para o salário mínimo, hoje de 394 dólares, também esteve na pauta de reivindicações.

O papa Francisco em sua mensagem pelo Dia dos Trabalhadores fez um apelo, por mais justiça social contra o desemprego. Disse que "o trabalho é essencial para a dignidade". Condenou o que chamou de "trabalho escravo", que vitimou mais de 1.100 trabalhadores no desabamento do Rana Plaza, em Bangladesh, que trabalhavam em precárias condições para famosas marcas de roupas europeias. Esse episódio revela que o trabalho escravo ainda alimenta a economia de vários países desenvolvidos que deslocaram para países pobres ou em desenvolvimento processos de produção sem o devido cuidado com as condições de trabalho.

Na contramão do que se viu em nível internacional, o que sobressaiu nas comemorações do Dia do Trabalhador no Brasil foram festas animadas por shows de cantores famosos e recheadas de sorteios.

### **O papa e as expectativas da Jornada Mundial da Juventude**

A eleição do papa Francisco fez aumentar a expectativa em relação à Jornada Mundial da Juventude 2013, no Rio de Janeiro, no próximo mês de julho. Será sua primeira viagem e é significativo que seja a um país latino-americano, que ele já conhece, e para se encontrar especialmente com os jovens do mundo inteiro. Seu testemunho de simplicidade e a forma direta de se dirigir ao povo têm encantado o mundo, bem como sua facilidade para improvisar e quebrar protocolos. Será assim também na Jornada Mundial da Juventude? Muitos apostam que sim.

A programação do papa durante a Jornada, divulgada no início do mês, mostra a disposição de Francisco em chamar a atenção da Igreja para a necessidade de cuidar dos pobres ao incluir, no roteiro de sua visita, não os pontos turísticos da cidade, mas uma comunidade pacificada do Rio e um hospital que atende dependentes químicos, além de receber jovens encarcerados. Mesmo não indo a cárcere, como fez em Roma na Quinta-feira Santa, o gesto do papa Francisco é significativo. Fala, entre outras coisas, da necessidade da sociedade cuidar mais e melhor dos jovens para que o crime não seja seu ideal e a prisão, seu destino.

Com os jovens, o papa terá, pelo menos, quatro grandes momentos: a acolhida, a via-sacra, a vigília e a missa de encerramento. A pergunta é: que mensagem deixará aos jovens? O tema central da Jornada – “Ide e fazei discípulos entre todas as nações” (Mt 28,19) - levará o papa a conclamar os jovens a viverem sua fé e a se tornarem apóstolos de outros jovens.

Outros temas, no entanto, que dizem respeito à realidade juvenil, deverão ser abordados pelo papa. Alguns, em particular, são desejados e esperados pela juventude brasileira como, por exemplo, a violência que vitima milhares de jovens no país, especialmente negros e pobres. Este tema se torna ainda mais relevante neste momento em que se fortalece a campanha pela redução da maioria penal por causa de recentes crimes cometidos por adolescentes, provocando comoção nacional sob o patrocínio da mídia.

Especula-se também o conteúdo dos discursos do papa tanto na audiência com a presidente da República, quanto no encontro com políticos, diplomatas, lideranças da sociedade civil, empresários, pessoas do mundo da cultura e representantes das maiores comunidades religiosas do país, no Teatro Municipal, dia 27 de julho. Os programas sociais do governo, certamente, serão apresentados ao papa pela presidente como exitosa experiência no combate à pobreza e na erradicação da miséria. De sua parte, tocará o papa em assuntos como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cuidado com o meio ambiente e leis que respeitem a vida?

A agenda da Jornada da Juventude, porém, não se limita à presença do papa. Sua dinâmica implica várias atividades que vão das catequeses dadas por bispos a atrações culturais e shows. As catequeses explicitarão o tema do encontro mundial e estimularão os jovens a continuarem seu itinerário de fé. Constituem-se, assim, numa referência para a Jornada, seu ponto alto depois dos

encontros com o papa. Ter acesso ao conteúdo destas catequeses é importante porque revelam o que a Igreja espera dos jovens na sua relação com a própria Igreja e com a sociedade à qual pertencem.

Precede imediatamente a jornada, a Semana Missionária que se constitui na presença de milhares de jovens do exterior em várias dioceses do país. Será oportunidade de troca de experiência entre os jovens brasileiros e os visitantes. Uns aprendendo com os outros. Há quem afirme ser este o momento mais significativo da Jornada por acontecer localmente, com grupos menores de jovens, facilitando o intercâmbio da fé, uma vez que a Jornada no Rio será evento de massa e marcadamente festivo.

Na preparação para a Jornada, ganhou destaque a Peregrinação da Cruz e do ícone de Nossa Senhora em visita às 274 dioceses brasileiras arrebanhando milhares de jovens. Foram dois anos de peregrinação, chegando, inclusive, a alguns países da América do Sul.

Em tempos de evasão cada vez mais acentuada de católicos, acredita-se que a Jornada Mundial da Juventude seja um significativo reforço no trabalho de confirmação da fé católica, particularmente entre os jovens.

## **América Latina**

### **Eleições na Venezuela**

A eleição de Nicolás Maduro com uma margem apertada de votos mostra que os desafios do atual governo venezuelano poderão ser bem maiores que os enfrentados por Chávez. Ao tempo que mostra vigor do Chavismo, pois mesmo sem Hugo Chávez conseguiram ganhar as eleições, os desafios são enormes. Tanto pelo desgaste de continuidade de uma linha de gestão política por muito tempo, como pela situação econômica da Venezuela por causa de uma economia pouco diversificada. Por outro, há uma perspectiva de seguimento nas políticas sociais conquistadas nos anos do presidente Chávez. O questionamento sobre a legitimidade dos votos que deram a vitória a Maduro colocou em lugares opostos líderes políticos. De um lado o presidente dos Estados Unidos e a Liderança da OEA que se manifestaram pela recontagem dos votos; e de outro, membros da missão de observadores da Unasul consideraram que os resultados das eleições devem ser respeitados, juntamente com alguns presidentes de países sul-americanos que imediatamente manifestaram apoio ao novo presidente eleito.

### **Eleições no Paraguai**

Com a vitória de Horácio Cartes, o partido Colorado que governou o Paraguai por 61 anos, volta ao poder. O partido Colorado havia perdido o poder na ocasião da Eleição de Fernando Lugo em 2008. Para setores populares que se engajaram no projeto popular junto com Lugo, parece que perspectivas de mudanças da hegemonia política local ainda estão longe de serem alcançadas. A realização das eleições, em princípio, sem maiores denúncias de irregularidades devem ser suficientes para o retorno do Paraguai ao Mercosul e à Unasul, como já declarado informalmente por alguns presidentes de países membros dessas organizações. O retorno do Paraguai é defendido, inclusive pelo presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, numa posição bem diversa daquela cultivada pelo Senado do Paraguai sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.

### **Economia e política na Argentina**

A cotação do câmbio paralelo na Argentina está muito superior ao câmbio oficial, trazendo problemas reais à economia do país. Estima-se que argentinos tenham 150 bilhões de dólares não declarados, soma que é quatro vezes o valor das reservas em dólares no Banco Central. Ações do governo de incentivo à repatriação de dólares dos argentinos por meio de investimentos em projetos produtivos podem não conseguir diminuir a dolarização da economia.

No campo político, debate forte esteve relacionado à aprovação do projeto de reforma do judiciário, sobretudo, na ampliação das vagas do Conselho da Magistratura e no estabelecimento de que parte desse colegiado será formado por candidatos filiados a partidos políticos e eleitos pela população. O principal aspecto pode ser ao mesmo tempo, a maior virtude e o maior desafio dessa

reforma. Ao tempo que possibilita explicitar que o poder judiciário é uma instituição política, que funciona como tal e que deverá se composto com esse pressuposto assumido, pode também ampliar a politização do judiciário.

### **Maras de El Salvador**

El Salvador, pequeno país da América Central, pátria de Dom Oscar Arnulfo Romero, está vivendo um processo de pacificação das “maras”, grupos extremamente violentos de jovens provenientes de camadas pobres. Estes grupos surgiram primeiro em bairros de imigrantes salvadorenhos marginalizados em Los Angeles, Estados Unidos, durante os anos 90, e depois foram replicados no país de origem.

Quando o atual presidente Mauricio Funes (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) chegou ao poder, em 2009, essas quadrilhas tinham cerca de 60 mil membros (adolescentes e jovens pobres, em sua maioria), que se matavam cotidianamente, numa média de 12 a 14 homicídios diários.

A trégua entre as duas principais organizações criminosas salvadorenhas, MS-13 e Barrio 18, começou em março de 2012 e a OEA (Organização dos Estados Americanos) atua hoje como avalista e observadora de seu cumprimento. Segundo o presidente Mauricio Funes, chegou o momento de se “dar uma resposta como Estado e como sociedade” e não se trata de “negociar” com criminosos, mas de “satisfazer necessidades que irão retirá-los do mundo do crime”, como acesso à educação e ao trabalho.

Graças a esta trégua e ao processo de pacificação em curso, os homicídios em El Salvador baixaram em 52% em um ano, ao passar de 1.069 no primeiro trimestre de 2012 para 554 no mesmo período de 2013.

Este processo de pacificação cumpriu recentemente um ano de existência, no dia 9 de março, tendo o governo como facilitador e contou com a contribuição importante do bispo católico Dom Fabio Colindres. Quando se completou um ano do início do processo, tanto os mediadores como as quadrilhas comemoraram com uma caravana ecumênica e um ato religioso em penitenciárias do país. A caravana ecumênica também foi integrada por bispos das Igrejas Históricas e Pastores das Igrejas Evangélicas.

Segundo Dom Fabio Colindres, se as quadrilhas “em algum momento foram motivo de dor, hoje podem ser motivo de esperança”. “Quero convidar El Salvador a entrar em um verdadeiro processo de conversão sem medo; até hoje foi pecado mortal falar de reinserção de um criminoso ou membro de quadrilha. Por acaso Cristo não veio por nós, que éramos sujeitos da morte?”, questiona o bispo.

Tanto Dom Colindres, como outros atores neste processo pedem confiança da sociedade salvadorenha para que a segunda fase de pacificação, que se inicia agora, tenha êxito. A segunda fase consiste em que os membros das quadrilhas ativos de cada município se comprometam a não cometer crimes e a cessar os ataques aos grupos rivais. Em troca, poderão receber benefícios em termos de emprego e programas sociais que são coordenados pelo governo e pelas prefeituras.

Diversos municípios salvadorenhos já foram declarados “livres da violência” e muitos outros estão a caminho. “Qualquer esforço pela paz que façamos é válido. E se não funciona? Teremos perdido um pouco de esforço e ilusões. Mas, e se funciona? O país terá ganhado a paz”, diz o bispo Fabio Colindres.

### **Nacional**

#### **Poderes em rota de colisão**

A Constituição brasileira de 1988 seguiu as recomendações do filósofo francês Montesquieu, predispondo em seu artigo 2º, que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si. Se no marco constitucional e teórico, o Brasil vive um inédito período histórico

de afirmação democrática e crescente vitalidade de sua sociedade, de tempos em tempos, velhos “fantasmas” reaparecem.

Nas últimas semanas assistiu-se o renascer de um debate sobre uma suposta tentativa do Congresso Nacional de limitar a ação do Supremo Tribunal Federal. O ápice desse movimento seria a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 33) que, aprovada, impor limites ao poder do Supremo Tribunal Federal.

O mal-estar entre os poderes não se circunscreve ao período mais recente, mas se deve ao crescente protagonismo do judiciário na cena política brasileira. Paradoxalmente, o início do processo remonta aos meados dos anos 90, do século passado, quando a antiga minoria parlamentar batia à porta dos tribunais buscando reverter na Suprema Corte derrotas impostas pela maioria congressual. Hoje, a antiga maioria parlamentar, agora posta em minoria, judicializa a incapacidade de conviver com a força governista no Congresso.

Por um lado, o Judiciário age corretamente ao garantir os direitos das minorias congressuais e o sagrado direito ao dissenso. De outra parte, às vezes, tem-se a impressão de pretender substituir às oposições e “cauteladamente” obstar a mera tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional.

Cresce nesse ambiente o risco de um ativismo judicial, dada a fragilidade de alguns partidos políticos na oposição e o desgaste existente da classe política diante da sociedade. Desgaste este, evidenciado nos debates sobre o Código Florestal e nas frequentes denúncias contra parlamentares que estariam envolvidos em casos de “malfeitos”.

A escalada de judicialização da política encontra terreno fértil na incapacidade de o Congresso Nacional exercer o seu múnus, ou seja, elaborar leis e fiscalizar o Executivo. Ao se abster de cumprir sua determinação institucional, lamentavelmente, se “apequena” e se torna incapaz de dotar o País de uma Reforma Política que diminua o fosso entre os parlamentares e seus eleitores extirpando a força do poder econômico nas eleições.

O Congresso Nacional, apesar dos desvios de parte de seus membros, é o mais suscetível às pressões e ao diálogo social. Comprova esse entendimento, a criação de um grupo de trabalho para analisar todos os projetos de interesse dos indígenas que ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados. Além do mais, o Congresso Nacional já demonstrou em muitos momentos da história ser expressão da cidadania brasileira.

O Brasil, para participar e influenciar efetivamente nos destinos do mundo, terá que repensar o jeito de fazer política e sustar qualquer tentativa de supremacia de um poder sobre o outro. Afinal, como dizia o falecido deputado Ulisses Guimarães, “o Supremo não tem rampa”. A metáfora fazia referência aos poderes Executivo e Legislativo. A soberania popular de tempos em tempos faz subir e descer a rampa.

### **Antecipação das eleições presidenciais, inflação e economia.**

A impressão que se tem no Brasil é que as disputas eleitorais de 2014 já começaram. Alguns dos grandes jornais apresentam “horas de voo” dos prováveis presidentiáveis, colocando a competição pela condução do país na ordem do dia.

O tema, como está sendo abordado, não apresenta projetos de país em disputa; mas sim quem poderia melhor “gerenciar” o estado da arte da economia brasileira. Ninguém nega a importância que o país adquiriu em nível internacional, agora, por exemplo, com mais uma vitória com a eleição de um embaixador brasileiro para a poderosa OMC (Organização Mundial do Comércio), em contraposição ao candidato mexicano do G-7.

No campo governista, há a propositura da reeleição da presidente atual e quem se apresente como alternativa exibindo-se, sem negar os avanços dos últimos dez anos, como mais competente para gerir a economia do país.

Na oposição, não há rechaço das conquistas, mas a aposta na “modernização” da máquina pública com a implementação mais rápida de parcerias público-privadas e enxugamento da máquina estatal, apresentado o Governo de Minas como exemplo prático.

Na alternativa a ambos (governistas e oposição), apresentam-se projetos de novos partidos, alguns que resgatam valores militantes importantes, correndo o risco, todavia, de não se viabilizarem em tempo hábil para disputa de 2014. Em termos de projeto de país, passa-se a imagem de uma aliança entre ecologistas e empresários, conformando algo semelhante ao eco-capitalismo, que de alguma forma prosperou na Conferência Rio + 20.

Parece constituir-se também outro campo mais conservador, que reuniria a bancada ruralista e membros de bancadas confessionais no Congresso Nacional, que foram adquirindo espaço e mídia nos embates no Legislativo Federal, seja na disputa do Código Florestal, seja nos conflitos alusivos à atual presidência da Comissão de Direitos Humanos; e que sempre são valorizados na relação com o Executivo Federal como “fiéis da balança” na aprovação de iniciativas fundamentais para o Governo Federal.

A grande mídia encarrega-se de continuar apostando na criminalização da política, por meio da execração de figuras públicas, fomentando o desprezo pela atividade política na população. Esta termina por deixar a política para “iniciados”, obstruindo assim um amplo debate sobre a reforma política, tão necessária ao fortalecimento da democracia brasileira.

O descontrole da inflação é colocado como “bode expiatório” da incompetência do governo atual em gerir a economia, também atingida pela redução das exportações das commodities brasileiras, por causa da crise financeira internacional; gerando déficit na balança comercial e desconfiança nos investidores internacionais. Atua-se no país como se em nível internacional o capitalismo não estivesse numa crise profunda (talvez maior que a de 1929!), gerando desemprego, desespero, doenças e suicídios nos países que sempre foram centrais no fomento do arranjo global. O receituário que lá se aplica é justamente aquele que levou à bancarrota o Brasil no final da década de 1990 e início do século XXI.

O atual ministro da economia coloca o dilema de manter alto o nível de emprego e, por conseguinte, de consumo, mesmo correndo o risco de conviver com determinado patamar de inflação. O fantasma da inflação amedronta a todos que viveram a experiência na década de 1980, visto que pune justamente os assalariados, principalmente os mais pobres.

Assim, a antecipação da disputa presidencial cria um clima tenso para construção de respostas “rápidas” por parte do governo atual para viabilizar crescimento econômico, que gere mais empregos, com controle rigoroso da inflação, sem pensar o país a médio e longo prazo. Todas as medidas tomadas são criticadas pelos analistas de plantão, que apontam como solução a redução dos gastos públicos, justamente aqueles necessários para alavancar o desenvolvimento da economia brasileira.

A que interesses serve a antecipação do debate eleitoral para presidência da república de 2014?

### **Reforma política em debate na sociedade**

A busca por uma reforma política deve assistir a novos e importantes capítulos neste ano de 2013. Depois que a Câmara dos Deputados, no mês de abril, praticamente sepultou o projeto de reforma política que tinha como relator o deputado Henrique Fontana, resta a curto e médio prazo a ação da sociedade por meio de projetos de lei de iniciativa popular. Existem três grandes mobilizações por projetos de iniciativa popular e há iniciativas para unificar algumas dessas propostas para se alcançar maior êxito. As propostas são:

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela reforma do Sistema Político, que teve início em 2004 com um conjunto de organizações em um seminário nacional que discutiu “Os sentidos da democracia e da participação”. Em 2007, a Plataforma consolidou um conjunto de propostas estruturadas em cinco grandes eixos: fortalecimento da democracia direta; fortalecimento da democracia participativa e deliberativa; aperfeiçoamento da democracia representativa;



democratização da informação e da comunicação; e democratização e transparência do Poder Judiciário. Esta ideia possui o mérito de consolidar importantes propostas que podem melhorar o sistema político brasileiro. Recebe alguns questionamentos não quanto ao mérito das propostas, mas quanto ao fato de algumas organizações considerarem que seu número inviabiliza que seja objeto de uma única proposta de iniciativa popular.

O MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), que também interage com a Plataforma, tem feito uma discussão na perspectiva de encontrar uma proposta mais simples, mas que tenha viabilidade em uma lei de iniciativa popular. Sobretudo com OAB e com a CNBB conseguiu elaborar um projeto de lei de iniciativa popular para mudar o financiamento de campanha, constituindo o "financiamento democrático", onde não haveria mais financiamento privado direto a nenhum candidato ou partido. Considerando que uma proposta como essa exigiria para sua plena eficácia, que se mudasse o sistema de composição dos parlamentos, tem sido construída no MCCE uma proposta que prevê, além do financiamento público de campanha, o que está se chamando de "voto transparente" onde os eleitores votariam em dois turnos nas eleições proporcionais. Num primeiro turno se votaria em partidos e, nessa votação, se definiria o número de cadeiras que cada partido teria no parlamento. Num segundo turno os eleitores votariam nos candidatos definidos previamente em listas pelos partidos políticos.

Uma terceira proposta de Lei de iniciativa popular é feita pelo Partido dos Trabalhadores que está com uma campanha nas ruas focada em quatro pontos: financiamento público exclusivo de campanhas políticas; voto em lista preordenada para os parlamentos; aumento compulsório da participação feminina nas candidaturas; e a convocação de Assembleia Constituinte exclusiva sobre Reforma Política: para que se aprofunde a democracia brasileira através de um amplo debate com participação efetiva da sociedade. Informações da coordenação da campanha asseguram já terem chegado, até o início de maio, a 100.000 assinaturas.

Além dessas, há uma iniciativa da OAB que pode trazer resultados muito positivos para mudar a cultura de financiamento de campanhas eleitorais no país. Em 2011, A OAB ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4650) no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que sejam declarados inconstitucionais dispositivos da legislação eleitoral – Leis 9.096/95 e 9.504/97 – que autorizam doações de pessoas jurídicas a candidatos e a partidos políticos. Além disso, solicita também que seja estabelecido um limite para as doações feitas por pessoas físicas. Essa ação ainda não foi julgada no STF. Talvez uma união de todos os setores que defendem alguma reforma política, na perspectiva de sensibilizar o STF sobre a importância de declarar inconstitucional o financiamento de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, permita uma alteração histórica no sistema eleitoral e abra caminhos para as demais discussões e propostas colocadas pelas iniciativas acima elencadas.

### **Embates na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados**

No Estado Democrático de Direito, os direitos humanos foram conquistados em confronto com um Estado que outorgava direitos. As democracias modernas vivem cada vez mais uma dualidade: por um lado, o Estado com seus papéis múltiplos, e por outro lado, o indivíduo-cidadão cujos direitos se afirmam cada vez mais. Hoje, o Estado está cedendo espaço em favor de uma afirmação do indivíduo. A lei democrática se faz tolerante e acolhedora das diferenças individuais cada vez mais inscritas no direito. Considerando a subjetividade do indivíduo, grupos e minorias, não só reivindicam o respeito a suas diferenças, mas o reconhecimento de novos direitos.

Por outro lado, em não poucos contextos eclesiais atuais, de movimentos católicos a grupos evangélicos, Igrejas se colocam em face do mundo, como realidade à parte, e como não fazendo parte do mundo. Assim, nota-se hoje em dia, uma tendência ao afastamento ou à suspeição no que toca o político. Mas, por paradoxo só aparente, atualmente também está se afirmando com cada vez mais força uma tendência de solapar o político em nome do religioso, uma vontade de dar ao religioso o poder de reger a sociedade.

Assim, neste pano de fundo, explica-se, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a oposição virulenta entre Evangélicos e grupos reivindicando direitos, colocando em choque valores religiosos e éticos. Daí a invocação do “Estado laico” para desqualificar a postura dos Evangélicos. Sem aprofundar, nesta análise, sobre o debate da laicidade do Estado, há que se lembrar da existência de duas concepções da laicidade: uma, política que, em nome de uma neutralidade positiva e respeitosa, protege os direitos das crenças e práticas religiosas de tal modo que não haja contradição entre democracia e religião; e outra, mais filosófica ou militante, que pretende impor uma neutralidade excludente que elimina qualquer dimensão pública da fé e de suas expressões simbólicas.

Uma exclusão recíproca, como aconteceu, não está contribuindo ao ordenamento do bem comum e à construção de uma cultura política de paz que enfrente os conflitos por meio do diálogo sobre os Direitos Humanos. Os que brandem a verdade, não podem esquecer que as Declarações dos direitos humanos não julgam doutrinas e ideias, mas consideram os direitos devidos a cada ser humano enquanto ser humano. Em última instância, o que está em jogo, é a aceitação e construção da democracia, que se materializa em um Estado Democrático de Direito.

### **A PEC dos Trabalhadores Domésticos e a segunda abolição**

Os debates acerca das consequências da garantia dos direitos trabalhistas das trabalhadoras e trabalhadores domésticos têm revelado faces de uma sociedade brasileira elitista e ainda com raízes escravagistas. Alguns analistas apresentam o tema como a “segunda abolição”, visto que a maioria delas são mulheres, pobres e negras.

Os avanços na conquista dos direitos sociais que foram consagrados na Constituição Cidadã de 1988 não as alcançaram à época. A sociedade brasileira continuou tolerando contrato de trabalho dos trabalhadores domésticos sem os mesmos direitos que as demais categorias. Apenas agora, praticamente 25 anos depois da Constituição Federal, é que o tema alcança adesão para ser aprovado no Congresso Nacional. Tendo ainda temas pendentes para regulamentação.

Não se pode negar a atitude correta de muitas famílias brasileiras, que apesar de não haver regramento legal, respeitavam os direitos garantindo férias, pagando horas extras, recolhendo o FGTS, dando aviso prévio, entre outros direitos; além de colaborarem na melhoria das condições de moradia das famílias das trabalhadoras, criando oportunidades de estudo e de inserção de trabalho para os filhos delas.

O avanço nas políticas sociais como o Programa Bolsa Família, garantindo renda mínima familiar, criou outra conjuntura para as trabalhadoras domésticas. Muitas delas começaram a refletir sobre a situação de seus filhos e a sua proteção social, com acesso à educação, colocado como condição para recebimento do Bolsa Família; reduzindo a jornada de trabalho para melhor acompanhá-los. Essa dinâmica levou à valorização do trabalho por elas desempenhado e, assim, à melhoria dos salários, com acesso a outros benefícios na relação de trabalho que possibilitasse o desenvolvimento de suas famílias.

É neste contexto que as contradições dos valores cultivados na sociedade brasileira aparecem, tornando assim, a aprovação da PEC das domésticas uma segunda abolição dessas trabalhadoras. É necessário, no entanto, um atento acompanhamento do processo de regulamentação e efetivação da PEC das trabalhadoras domésticas para que não aconteça com elas como ocorreu na primeira abolição em que a população negra foi abandonada à própria sorte sem a assistência e a realização de reformas que os integrassem dignamente à sociedade da época.

### **Redução da maioria penal e os crimes contra pessoas em situação de rua em Goiânia**

O tema da redução da maioria ganhou destaque nas últimas semanas com a alavanca promovida pela mídia. Opiniões, ainda que contrárias, convergem sobre a necessidade de uma política educacional que tire as crianças da rua e lhes dê melhores perspectivas do que o dinheiro do tráfico de drogas.

Para o professor da UnB, Dioclécio Campos Junior, a luta para reduzir a maioridade penal atesta descompromisso dos adultos como provedores das condições de vida necessárias à metamorfose da infância e da adolescência.

Em meio a uma realidade de grande desigualdade social e de oportunidades para os pobres, pode-se considerar hipócrita a pretensão da redução da maioridade penal porque seria atribuir aos jovens e adolescentes crimes praticados por outras gerações. As estatísticas comprovam que a maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes é praticada contra o patrimônio e sem qualquer violência. O número de homicídios praticados por adolescentes é muito menor em comparação com o número de homicídios cometidos por adultos.

Ademais numa sociedade de tantas contradições em que o excesso de alguns torna-se objeto de sedução para outros, é de se perguntar se alguém acredita que uma eventual redução de idade seria aplicada de forma isonômica para pobres e ricos.

O Brasil, reconhecido mundialmente por sua legislação que promete proteção à infância e à adolescência, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem posição idêntica à da maioria dos países que adotam a idade de 18 anos para efeitos de responsabilidade civil e penal. Pesquisa feita pelo UNICEF em 54 países, em 2007, mostra que em 42 deles a idade penal juvenil é de 18 anos ou mais. Além disso, aprovar a redução da maioridade penal seria admitir a falência do Estado no seu dever de implementar políticas públicas que tirem os jovens da delinquência. Antes de defender a redução da maioridade penal sob a falsa afirmação de que a impunidade impera, deve-se cobrar a efetiva aplicação das medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA.

Enquanto uma parcela da sociedade pleiteia a redução da menoridade sem que as estatísticas demonstrem a equivalência da população juvenil envolvida em crimes contra a vida, em Goiânia, um bárbaro crime ocorre na calada na noite e já assassinou 30 moradores de rua, enquanto dormiam, sendo-lhes impedida qualquer reação de defesa.

É legítimo indagar como tem sido feita a investigação pela polícia goiana que, mesmo após os primeiros assassinatos, não se apresentou eficiente para impedir os demais crimes, além de não ter apresentado à sociedade o resultado das investigações para responsabilizar os autores dos bárbaros crimes. É urgente o empenho das autoridades competentes para apurar os crimes e a mobilização da população para pôr fim a esta grave situação.

Tais crimes colocam o Brasil em situação de descumpridor dos Pactos e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. Daí a necessidade de reconhecer a competência federal para investigar e julgar crimes contra os direitos humanos. É passada a hora de atender este pleito que há mais de 20 anos encontra-se em todos dos Relatórios de Fóruns de Direitos Humanos.

## **Movimentos Sociais**

### **Árdua Agenda Indígena no Brasil**

A semana de 14 a 20 de abril foi a Semana dos Povos Indígenas, que teve como centro o dia 19 de abril, Dia do Índio. Neste ano, os povos indígenas resolveram realizar uma contraofensiva coletiva em defesa de seus direitos, que vêm sendo alvos de ataques sistemáticos por parte dos ruralistas e de seus porta-vozes na sociedade, na mídia e nos três poderes da República. Na avaliação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), esta onda de ataques tem como objetivo central impedir a demarcação das terras indígenas e explorar as já demarcadas.

Entre outros ataques, os ruralistas ameaçaram invadir novamente a Terra Indígena Xavante de Marãiwatsédé; realizaram uma “visita parlamentar” à Terra Indígena Raposa Serra do Sol para “mostrar ao país que ela não é mais produtiva”; tentaram acelerar a aprovação da PEC 215, que transfere ao legislativo a demarcação das terras indígenas e buscaram avançar com o PL 1.610, que permite a mineração em terras indígenas. Além disso, recentemente, o Governo acenou a possibilidade de mudar o procedimento de demarcação com a diminuição das responsabilidades da Funai no processo.

Para realizar sua contraofensiva, 700 de lideranças de 121 povos indígenas de todas as regiões do país vieram a Brasília e fizeram ampla mobilização durante toda a semana, gerando muita repercussão na mídia e na sociedade brasileira (neste contexto, ressalta-se a manifestação dos bispos sobre o tema, durante a 51ª Assembleia Geral da CNBB): ocupando o Plenário da Câmara, conseguiram suspender a tramitação da PEC 215 e a criação de um Grupo de Trabalho paritário (dez deputados e dez líderes indígenas), cuja tarefa é analisar todos os PLs e PECs referentes aos direitos indígenas; reuniram-se com o Presidente do STF, Ministro Joaquim Barbosa, cobrando a anulação das condicionantes do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e, por consequência, a anulação da Portaria nº 303/2012 da AGU, que estabelece a implementação jurídica daquelas condicionantes para o conjunto das terras indígenas do país; cobraram políticas públicas de saúde, educação, cultura, vigilância, proteção e sustentabilidade para as comunidades indígenas e participaram de uma audiência pública na Procuradoria Geral da República, na qual cobraram a implementação das demarcações e homologações dos territórios indígenas, hoje praticamente suspensas pelo Governo Federal.

A Constituição de 1988 previa que em cinco anos todas as terras indígenas do Brasil deveriam estar demarcadas. Hoje, exatos 25 anos depois, muito ainda falta fazer, tanto para demarcar como para resgatar a imensa dívida histórica que a sociedade e o Estado brasileiro possuem com os povos indígenas. Trata-se da necessidade urgente do Estado obedecer e aplicar o texto constitucional, assim como os diferentes instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas da ONU.

Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha “calculou-se em 1998 que há 17 países que, somados, encerram 2/3 da riqueza biológica do planeta e o Brasil é um deles, e o que sozinho encerraria 1/5 das espécies de seres vivos existentes. Mas o Brasil também se distingue por aliar a essa espantosa diversidade biológica uma igualmente espantosa diversidade cultural. São poucos os países que podem se orgulhar de tantas línguas e tantas culturas em suas fronteiras”.

Chega-se às horas mais incertas do tempo presente: estão visíveis as mudanças climáticas para provar que as agressões à natureza, feitas pelo interesse econômico, não ficam sem resposta à altura, colocando em risco o futuro do planeta e da humanidade. A defesa da integridade da Criação passa pela defesa permanente, tanto da biodiversidade como de sua correspondente sociodiversidade, que com ela convive há milênios, dela cuida e a ela protege.

Portanto, defender os direitos da natureza e defender os direitos dos povos indígenas, dos quilombolas e das populações tradicionais é, sem dúvida, um dever sagrado de todos. É um gesto supremo em defesa da Vida, e da Vida em plenitude.

## **Notícias do Congresso**

### **1. PEC 37 – retirada do poder de investigação do Ministério Público**

A Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), que tramita na Câmara dos Deputados desde 2011, tem suscitado intensos debates nos últimos meses. Apelidada de PEC da Impunidade, pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), e de PEC da Legalidade, pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-BR), a proposta modifica o Artigo 144 da Constituição Federal, acrescentando-lhe o parágrafo 10, que atribui, “privativamente às polícias Federal e Civil”, a incumbência de apurar as infrações penais de que tratam os parágrafos 1º e 4º do mesmo artigo. Isto significa, na prática, retirar do Ministério Público seu poder de investigação. Ao final de um simpósio, realizado em Brasília no dia 24 de abril, cerca de mil pessoas, membros do Ministério Público, fizeram uma passeata até a Câmara para entregar ao presidente da Casa, deputado Henrique Alves, a “Carta de Brasília”, com argumentos contrários à aprovação da Proposta. A estratégia parece ter dado certo. Henrique Alves nomeou uma Comissão formada por três parlamentares (um senador e dois deputados), quatro representantes do Ministério Público e quatro da

polícia. O grupo, que já se reuniu uma vez, decidiu que não vai analisar a PEC 37, mas buscar uma forma de melhorar a investigação no país. A comissão tem até o dia 30 de maio para entregar seu relatório.

## **2. Lei Geral das Religiões – PL 5598/2009**

Voltou a tramitar no Senado o Projeto de Lei 5598/2009 (no Senado: PLC 160/2009), chamado de Lei Geral das Religiões, que dispõe sobre as “Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil”. De autoria do Deputado pastor George Hilton, o projeto já foi aprovado na Câmara e está na Comissão de Assuntos Sociais com a relatoria do senador Eduardo Suplicy. Lideranças partidárias solicitaram, por meio de requerimento, a urgência da matéria e, em seguida, retiraram o pedido. Atendendo a requerimento apresentado no ano passado pelo relator da matéria, a Comissão marcou duas audiências públicas para discutir o tema. A primeira, para a qual a CNBB está convidada, será no próximo dia 23 de maio. Além da CNBB, estão convidados representantes do Conselho Nacional de Umbanda do Brasil, da Igreja Assembleia de Deus, da União Nacional de Entidades Islâmicas, além do juiz de direito do Rio Grande do Sul, Roberto Arriada Lorea.

## **3. Marco Civil da Internet**

Está em discussão, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5403/2001, originário do Senado Federal (PLS 161/2000), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários da Internet, ou seja, o Marco Civil da Internet. Em 2011, o Executivo encaminhou outro projeto sobre a mesma matéria ao Congresso Nacional, o PL 2126/2011. Foi apensado ao PL 5403. A Mesa da Câmara constituiu uma Comissão Especial para estudar o projeto, sendo designado relator o deputado Alessandro Molon. O parecer do deputado é pela aprovação do PL 2126, na forma de substitutivo, e pela rejeição dos demais projetos. Ele tenta, agora, aprovar seu relatório no Plenário da Câmara, sem passar pelo plenário da Comissão. Por quatro vezes, a matéria esteve pautada, mas foi retirada por falta de consenso. A intenção do relator é aprovar o texto ainda este semestre. Os principais pontos do Marco Civil da Internet estabelecidos pelo projeto dizem respeito a: 1) liberdade de expressão; 2) neutralidade da rede; 3) privacidade dos usuários; 4) guarda de registro (logs); 5) responsabilidade civil de terceiros. O ponto de divergência é, sobretudo, o Artigo 9º, que trata da neutralidade da rede porque vai de encontro aos interesses das empresas de telefonia. O artigo estabelece que “o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicativo”.

## **4. Decreto Legislativo 86/2013**

O senador Randolfe Rodrigues é o autor do Decreto Legislativo (86/2013), que começa a tramitar no Senado, para sustar o Decreto Presidencial 7.957, de 12 de março de 2013, que institui o “Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental”. Ao Gabinete caberá, dentre outras coisas, “identificar situações e áreas que demandem emprego das Forças Armadas, em garantia da lei e da ordem, e submetê-las ao Presidente da República (art. 3º, § 1º, inciso VII); demandar das Forças Armadas a prestação de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (art. 3º, § 1º, inciso VIII)”. O Decreto prevê, ainda, que “no caso de emprego das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem em operações de proteção ambiental, caberá ao Ministério da Defesa a coordenação, o acompanhamento e a integração das ações a serem implementadas pelos órgãos e entidades envolvidos (artigo 8º)”.

Segundo o senador, o decreto tem como alvo claro “impedir as manifestações dos povos da floresta contra a construção de hidrelétricas em suas regiões e impedir trabalhadores vítimas de superexploração por parte dos consórcios construtores das obras”. Ainda de acordo com o senador, “trata-se da possibilidade de uma intervenção federal disfarçada”, sendo sua inconstitucionalidade

“evidente”. Em nota publicada no dia 2 de abril, o CIMI condenou o Decreto. “O governo federal não aceita o contraditório e por decreto lança forças militares contra as comunidades e povos que se opõem aos seus ditames. O que isso pode ser, além de resquício catastrófico do período de exceção da ditadura militar, que agiu com as mesmas ferramentas em vista do milagre econômico nunca atingido?”, diz a nota.

**Contribuíram para esta análise:** Pe. Bernard Lestiene SJ e Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades), Pe. Ari Antônio dos Reis, Pe. Ernanne Pinheiro, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Paulo Maldos, Pedro Gontijo e Ir. Sueli Bellato.